

A (RE)SIGNIFICAÇÃO “CRIANÇA QUE NÃO APRENDE”: DESAFIOS DA ESCOLA, FAMÍLIA E EQUIPE DE SAÚDE

LA (RE)SIGNIFICACIÓN “EL NIÑO NO APRENDE”: LOS RETOS DE LA ESCUELA, LA FAMILIA Y EL EQUIPO DE SALUD

(RE)SIGNIFICATION OF THE “NOT LEARNING CHILD”: SCHOOL, FAMILY AND HEALTH TEAM CHALLENGES

EVA CRISTINA DE OLIVEIRA^I
MARIA FERNANDA BAGAROLLO^{II}

Resumo A queixa de não aprendizagem tem se tornado comum nos espaços escolares e, na busca por uma solução, as crianças são encaminhadas para uma avaliação com profissionais das áreas da educação e da saúde com o intuito de verificar os fatores que as impedem de desenvolver-se dentro do esperado. Tomando como referência a perspectiva histórico-cultural, para a qual a não aprendizagem tem sua origem nos processos sociais, o objetivo deste estudo é compreender a visão dos pais, professores e equipe de saúde a respeito do processo de encaminhamento de crianças consideradas incapazes de aprender na escola para a avaliação cognitiva e indicação de classe especial. A pesquisa de campo ocorreu em um município situado no Centro-Oeste paranaense e os dados foram construídos a partir da realização de entrevistas semiestruturadas, sendo: cinco com responsáveis pelos alunos (pai ou mãe), cinco com crianças, cinco com professores e quatro com profissionais que compõem a equipe de avaliação. As análises apontam para a importância de um modelo educacional que possibilite visualizar as crianças dentro de suas especificidades e valorizar o que cada uma possui de conhecimento e vivências, não as remetendo à avaliação a partir de uma padronização ou de uma área distinta. É preciso perceber a criança a partir do que ela é capaz de aprender, e não do que não aprendeu.

Palavras-chave: Crianças; Educação; Saúde; Aprendizagem.

^IUniversidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Chopinzinho/PR – Brasil

^{II}Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Chopinzinho/PR – Brasil

RESUMEN La queja acerca de la ausencia del aprendizaje ha vuelto común en los espacios escolares. La búsqueda de solución para eso ha sido hecha por la remisión de estos niños a una evaluación por profesionales de educación y salud, con el fin de verificar los factores que no les permiten desarrollarse dentro de lo que se esperaba. Tomando como referencia la perspectiva histórico-cultural, para la cual la ausencia de aprendizaje tiene su origen en los procesos sociales, este estudio tiene por objetivo analizar cómo ocurre el proceso de referencia de estos niños para su evaluación cognitiva y la indicación de clase especial. El trabajo de campo se llevó a cabo en un municipio situado en la región Centro-Oeste del Estado de Paraná, Brasil. Los datos fueron adquiridos a partir de la realización de entrevistas semiestructuradas con cinco personas responsables por estudiantes (padres o madres), cinco niños, cinco profesores y cuatro profesionales que conforman el equipo de evaluación. Los análisis apuntan para la importancia de un modelo educativo que permita la visualización del niño dentro de sus especificidades y la valorización de las habilidades específicas que cada estudiante tiene, es decir, la evaluación no puede ocurrir a partir de una estandarización o de una área específica. Es necesario percibir el niño a partir de lo que él es capaz de aprender y no de lo que él no ha aprendido.

PALABRAS CLAVE: NIÑOS; EDUCACIÓN; SALUD; APRENDIZAJE.

ABSTRACT Inability to learn has become a common complaint in schools. In the search for a solution, children have been referred to education and health professionals for assessment, in order to identify what factors have prevented them from developing as expected. Based on a cultural-historical perspective, to which learning difficulties have their origin in social processes, this study aims at understanding the views of parents, teachers and health professionals on the process of referring children considered unable to learn at school in order to get a cognitive assessment and a special class referral. The fieldwork took place in a district located in the Midwest of the state of Paraná and data were collected through semi-structured interviews with five parents (either father or mother), five children, five teachers and four professionals who make up the assessment team. The analysis points to the importance of an educational model that allows children to be seen in their specificities and that values each student's knowledge and experiences, not referring them to assessment based on a standard or a distinct area. The child must be seen from what she is capable of learning, rather than from what she has not learned.

KEY-WORDS: CHILDREN; EDUCATION; HEALTH; LEARNING.

PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA

Atualmente, há esforços interdisciplinares no sentido de apreender o desenvolvimento humano e analisar a problemática do fracasso escolar, investigações essas advindas do campo da medicina, da psicologia comportamentalista, da teoria psicanalítica e das contribuições da psicologia cognitivista. O autor Jairo Werner (2001) faz referência a essas

concepções em seus estudos a respeito do fracasso escolar e mostra que tais práticas são sustentadas por visões organicistas do desenvolvimento e motivam a avaliação de saúde cognitiva dessas crianças, culminando, muitas vezes, no seu encaminhamento para classes especiais e salas de recurso. Werner expressa uma posição contrária, afirmando que:

No processo de constituição da racionalidade moderna, o sujeito do conhecimento foi concebido de forma fragmentária, como peça de um artefato mecânico (reducionismo mecanicista). Além do mecanicismo, entretanto, uma outra perspectiva dessa racionalidade passou a influenciar a concepção de Homem – a visão organicista. O organicismo, apesar de buscar uma visão integral (holística), não logrou ultrapassar o antropocentrismo da racionalidade moderna – o Homem, como ser ativo diante da natureza, mas não constituído pelo mundo e, portanto, não concebido enquanto ser social e historicamente determinado (WERNER, 2001, p. 10-11).

Contrapondo a crítica expressa por ele e apresentada, Werner (2001) aponta que a compreensão do ser social e historicamente determinado é fundamental para o entendimento da criança rotulada, já que só dessa forma podem-se compreender os reais motivos de seu fracasso.

Neste trabalho, assumem-se também a forma de perceber o desenvolvimento e a possibilidade de intervir nos processos educacionais a partir da abordagem histórico-cultural do desenvolvimento, que, em uma de suas vertentes, compreende o funcionamento psíquico do ser humano como produto das relações concretas de vida, ou seja, a partir de suas relações sociais.

Para delinear a perspectiva teórica assumida aqui, apresentam-se algumas contribuições de pensadores como Vigotski,¹ Leontiev, Luria entre outros estudiosos contemporâneos, com o propósito de aprofundar a discussão sobre as balizas histórica, social e cultural do desenvolvimento humano, passando pelo campo teórico do materialismo histórico-dialético de Karl Marx e Friedrich Engels.

Nessa perspectiva, o homem, como um ser social e cultural, participa da criação do mundo, ao mesmo tempo em que altera, modifica e cria instrumentos para movimentar-se; portanto, “quando o homem transforma o meio na busca de atender às suas necessidades básicas, ele transforma a si mesmo” (COELHO; PISONI, 2012, p. 146).

Segundo Vygotsky (2000), é preciso compreender o desenvolvimento humano como um processo vivo, de permanente e estreita relação entre o natural e o histórico, o orgânico e o social.

Considerando que o processo de desenvolvimento de uma criança envolve diretamente a relação e a interação entre indivíduos, a escola torna-se um espaço relevante no desenvolvimento de sua aprendizagem. Esse ambiente utiliza práticas específicas que propiciam

¹ O nome de Vigotski tem sido grafado de várias maneiras. Assim, decidiu-se por padronizar a menção ao autor usando esta grafia: Vigotski. No entanto, toda vez que houver citação literal ou menção a uma obra específica do autor, será utilizada a grafia com a qual a obra foi publicada. É o caso de *Formação social da mente* (VYGOSTSKY, 2000), por exemplo.

esse processo mediante experiências que tendem a transformar o aparato biológico que possui. Observa-se que Vigotski, em seus estudos, destina uma atenção especial ao ensino escolar, tratado pelo autor como científico, por considerar que a escola possibilita ao sujeito a apropriação de conhecimentos organizados e experiências culturalmente acumuladas (BAQUERO, 1998).

Ao pensar no contexto escolar, a educação formal seria o espaço de atuação do desenvolvimento proximal. Segundo Vigotski, é nesse espaço que se pode produzir o surgimento de novas maneiras de desenvolvimento do pensamento, que, com o auxílio de outra pessoa, desencadeia um processo de modificação de esquemas dos conhecimentos já apreendidos e a construção de novos saberes dispostos pela aprendizagem escolar (ANTUNES, 2013).

Nessa perspectiva, ao professor caberia a importante função de impulsionar os processos de desenvolvimento do indivíduo, possibilitando a construção das funções psicológicas superiores, visto que neste espaço entre o *desenvolvimento real* e o *desenvolvimento potencial* é possível a elaboração das estratégias pedagógicas necessárias para que a criança possa evoluir em sua aprendizagem. Segundo Tunes, Tacca e Bartholo Jr. (2005), tem sido comum atribuir a Vigotski a ideia de que o professor tem um papel de mediador, ou seja, ele não seria um mero elo entre o conhecimento e o aluno.

Desse modo, concordamos com Tunes, Tacca e Bartholo Jr. quanto à compreensão que o professor tem dos alunos e do que deve realizar com eles, pois apresenta muitas implicações para o desenvolvimento potencial de seu trabalho. Isso permite que o aluno se revele por si, desvendando-se naquilo que pede como ajuda. O que mostra que o papel do professor vai além do mero transmissor de conhecimentos, pois se desdobra em muitas funções que precisam ser descobertas e assumidas conforme o fluxo do desenvolvimento do aluno: “E o professor é o organizador do ambiente social (VYGOTSKY, 2003) [...] É por isso que ele enfatiza a posição do aluno como aquele que dirige o seu próprio processo de aprendizagem” (TUNES; TACCA; BARTHOLO JR., 2005, p. 697).

Em relação à aprendizagem oferecida no ambiente escolar, esse processo promove o desenvolvimento da criança, despertando sua atividade mental construtiva, de forma a transformá-la em uma pessoa única, porém inserida num contexto no qual há determinado grupo social que lhe dá acesso aos aspectos culturais necessários para o seu desenvolvimento (ANTUNES, 2013).

Ao longo da trajetória da educação brasileira, observam-se significativos avanços no contexto educacional, como na área pedagógica voltada para a oferta de uma educação qualitativa e inclusiva a todas as crianças. Mas esse movimento deu-se lentamente nos bastidores das instituições escolares. Para analisar esse processo, faz-se necessário compreender os desafios que a escola tende a enfrentar nos dias atuais. Apesar de terem transcorrido décadas, ou mesmo esse tema de pesquisa parecer saturado, a discussão que permeia o fracasso escolar no cotidiano educacional ainda é fundamental. Essa é uma questão preocupante, uma vez que a concepção de fracasso escolar caracteriza-se principalmente pela presença de dificuldades, como aponta o sociólogo Philippe Perrenoud: “Normalmente, define-se o fracasso escolar como a simples consequência de dificuldades de aprendizagem

e com a expressão de uma falta *objetiva* de conhecimentos e de competências” (PERRENOUD, 2000, p. 18; grifo do autor).

Ao contrário disso, segundo Ana Maria Lunardi Padilha (2001), as crenças vigentes eram de que o mundo da classe média estaria ao alcance de todos, porém aqueles que não obtinham sucesso eram tidos como incapazes, pois apresentavam alguma falha moral ou de inteligência. A ideologia liberal era propagada como oportunidade para todos; sendo assim, os sujeitos que não se adaptavam ao sistema muitas vezes eram classificados de acordo com conceitos científicos, como: normais, anormais, aptos ou inaptos. Por sua vez, a psicóloga Maria Helena de Souza Patto, especialista em psicologia escolar, enfatiza que o critério legitimado era o mérito pessoal e menciona os testes psicológicos: “A psicologia contribuiu para sedimentar estas ideias, os testes de inteligência favoreceram via de regra os mais ricos, reforçavam a impressão de que os mais capazes ocupavam os melhores lugares sociais” (PATTO, 1999, p. 40).

E assim, refletindo acerca das diversas incertezas que surgiram ao longo de meu trabalho profissional, surgiu a necessidade de realizar uma pesquisa cujos objetivos eram: identificar o papel dos professores em relação à aprendizagem dos educandos em processo de avaliação no contexto escolar, analisar as percepções que as famílias têm diante do diagnóstico educacional de seus filhos e, ainda, fazer uma análise concebendo os sentidos sociais e as representações da equipe multidisciplinar durante o processo de avaliação no contexto escolar desses educandos. Diante da problemática levantada, o presente estudo tem como objetivo central compreender a visão dos pais, professores e equipe de saúde sobre o processo de encaminhamento de crianças consideradas incapazes de aprender na escola para avaliação cognitiva e indicação de classe especial.

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Considerando o referencial teórico, fundamentado na base conceitual organizada e sistematizada do conhecimento disponível a ser pesquisado, a produção deste estudo tem como base a corrente histórico-cultural, utilizando uma metodologia que em sua estrutura possa compreender os processos humanos. Pela concepção de Vigotski (2003) e os domínios genéticos – a filogênese (história da espécie), a história sociocultural, a ontogênese (história do desenvolvimento de cada sujeito) e a microgênese (história do desenvolvimento de cada processo humano) – verificamos como esses domínios relacionam-se entre si. Para a análise deste trabalho, apreendemos a ontogênese e a microgênese como processos interativos na investigação do tema da criança que não aprende na escola.

Após apontar os caminhos iniciais da escolha de método, esclarecemos como se desenvolveu a pesquisa de campo, escolhendo como ambiente de observação para a obtenção de dados a Escola Municipal Irmã Inês Vailatti, localizada no município de Porto Barreiro, Paraná.

Como lócus desta pesquisa, buscou-se um viés no grupo a ser pesquisado: equipe pedagógica, professores, equipe interdisciplinar. O objetivo era que os integrantes cola-

borassem com a pesquisa e investigação das relações que se estabelecem no processo de desempenho escolar da criança que não aprende na escola. Assim, foram sujeitos da pesquisa as mães e os professores de crianças que se encontravam em processo de avaliação do contexto escolar. Também se realizaram entrevistas com os profissionais da equipe interdisciplinar, sendo eles fisioterapeuta, psicóloga, fonoaudióloga e assistente social.

Inicialmente, ocorreu o contato com os sujeitos a serem envolvidos na pesquisa, agendando-se as entrevistas para a coleta de dados com o auxílio da coordenadora pedagógica da escola. Por esse motivo, procurou-se estabelecer nessa unidade escolar o local de todas as entrevistas, utilizando um roteiro de perguntas predefinido, mas possibilitando aos participantes falar de suas próprias experiências no convívio de trabalho, com liberdade para expor suas concepções tanto nas questões abertas quanto nas objetivas. As entrevistas foram gravadas para facilitar a sintetização dos dados com fidedignidade. O questionário, com um total de 12 questões, foi elaborado de modo a abranger situações relacionadas ao processo de avaliação da criança com dificuldade de aprendizagem, sendo ela diagnosticada com necessidades educacionais especiais ou não.

A análise efetivou-se por meio da síntese dos dados organizados de acordo com os eixos temáticos apresentados para cada sujeito envolvido na pesquisa, sendo família, escola e equipe interdisciplinar.

Diante dessa concepção, realizaram-se as entrevistas, destacando-se o papel do professor em relação à aprendizagem dos educandos, a visão da equipe interdisciplinar no processo de avaliação no contexto escolar, bem como a percepção da família sobre a aprendizagem da própria criança.

De acordo com Minayo (2006), é imprescindível que, ao realizar a análise do material coletado durante a pesquisa, busque-se ultrapassar a incerteza, procurando respostas e formulando possibilidades de enriquecimento da leitura das discussões epistemológicas, estabelecendo, assim, o diálogo do que está implícito nas contradições e entrelinhas. Diante disso, faz-se relevante apresentar, mesmo que brevemente, o município de Porto Barreiro, localizado na região Centro-Oeste do Paraná. Aprender sobre o recorte socioespacial no qual a escola se insere é útil para a investigação da criança que não aprende na escola, pois que as relações sociais influenciam nesse processo. Mas, quais são as relações e de que sociedade estamos tratando?

O município de Porto Barreiro foi emancipado do município de Laranjeiras do Sul pela Lei Estadual nº. 11.248 de dezembro de 1995 (PARANÁ, 1995). A origem de Porto Barreiro está imbricada no surgimento de outros dois distritos de Laranjeiras do Sul: Barreirinho e Porto Santana, portanto, tem sua denominação dada por ordem geográfica. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Porto Barreiro apresenta uma população de 3.663 habitantes, com cerca de 90% dessa população residindo na área rural.

Considerado um município pequeno, Porto Barreiro encontra na Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu um espaço de participação e reivindicação política para os problemas enfrentados por sua comunidade. As iniciativas de criação e continuidade da

Associação da Cantuquiriguaçu refletem em suas pautas a preocupação crescente com o esvaziamento demográfico e a verificação dos baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) que afligem os municípios membros – quadros que não têm se alterado muito, pois a maioria dos municípios ainda enfrenta problemas com a redução de suas populações; muitos se dirigem para cidades maiores em busca de melhores condições de trabalho, educação continuada ou tratamento de saúde. Para se ter uma ideia desses processos, o censo levantado pelo IBGE, em 2004, registrava uma população de 4.938 habitantes em Porto Barreiro; em 2010 a população diminuiu para 3.663 e, segundo a estimativa de 2015, a população é de 3.564 pessoas (IBGE, 2016).

Nessa nova etapa, a elaboração do Plano Diretor (2002) pode ser citada como exemplo da participação de todos os membros da Associação de Municípios, pois o documento estabeleceu diretrizes para a formulação de projetos estratégicos que buscam promover a melhoria da qualidade de vida da população municipal. O Plano definiu atribuições que devem orientar as ações estratégicas, políticas, econômicas e sociais, entre elas: resgate da cidadania e garantia de acesso às políticas públicas; geração de postos de trabalho e renda; educação e alfabetização de jovens e adultos; capacitação em todos os níveis e setores; atração e retenção na região de profissionais das mais diversas áreas (professores, agrônomos, veterinários, engenheiros, médicos etc.); integração intersetorial dentro dos municípios e na região; parcerias e consórcios intermunicipais; parcerias com entidades externas à região (Governos Federal, Estadual e ONGs); fomento à agroindustrialização na região; otimização no uso da infraestrutura e recursos regionais (ferrovias, rodovias e indústria). É notório que a efetivação dessas diretrizes consiste em um desafio permanente para os gestores participantes.

Em linhas gerais, a população porto-barreirense é composta por pessoas com histórias de lutas e com grande capacidade de resiliência. Os projetos de políticas públicas procuram abranger os mais diversos setores sociais a fim de atender a seus cidadãos, valorizando principalmente aqueles que ajudaram a construir a história de Porto Barreiro. No município, existem três unidades escolares que abrangem os anos iniciais do aprendizado básico, todas elas podem ser consideradas de pequeno porte. Na Secretaria Municipal de Educação, três pedagogas respondem pelo suporte e intervenções pedagógicas junto aos professores e alunos de todas as três unidades escolares do município. Outros serviços essenciais para o funcionamento das unidades são realizados por profissionais responsáveis pelo envio de documentações e relatórios ao núcleo educacional, como também pelo Departamento de Transportes; os profissionais destacados nessa secretaria cumprem regularmente 40 horas semanais de trabalho. A nutricionista responsável pelo Programa da Merenda Escolar cumpre uma carga horária reduzida.

A Escola Municipal Irmã Inês Vailatti – unidade de ensino escolhida para a coleta de dados e para a pesquisa de campo deste estudo – está localizada na sede do município de Porto Barreiro. O quadro de professores é de aproximadamente 12 profissionais, além de outros funcionários: duas merendeiras e três auxiliares de serviços gerais. O número de alunos regularmente matriculados na escola corresponde a aproximadamente 180 crianças,

divididas entre o 1º. e o 5º. anos. A instituição atende à comunidade porto-barreirense em horário integral, com turmas nos períodos matutino e vespertino. A estrutura física da Escola Municipal Irmã Inês Vailatti comporta salas de aulas adequadas ao número de alunos, biblioteca, banheiros, secretaria, sala de professores, sala da direção e coordenação pedagógica. Para os momentos de lazer, existe a disponibilidade de um parque para as atividades ao ar livre; a cama elástica é o equipamento disponível para as crianças brincarem no momento do intervalo. Durante três dias da semana, a escola oferece o programa “Mais Educação”, que visa dar atendimento integral aos alunos. Nesses dias, os alunos da manhã, por exemplo, podem almoçar e permanecer na escola durante o período vespertino, participando de oficinas como aula de dança, flauta, entre outras. A escola acrescenta a modalidade de educação especial por meio da sala de recurso multifuncional e classe especial.

No que se refere à educação especial, o projeto político-pedagógico da Escola Irmã Inês Vailatti tem sido a referência dos professores para buscar as informações necessárias para a elaboração de planos de aula que atendam a esse alunado em especial, enfatizando o papel que a instituição escolar vem desenvolvendo: educar as crianças e não somente ensinar (alfabetizar) – ainda que a maioria dos pais continue a transferir suas obrigações para a escola resolver.

Despertar interesse pela aprendizagem, não tem sido tarefa fácil no cotidiano escolar; contudo, é visível que o papel do professor na relação da aprendizagem dos educandos é imprescindível para prepará-los para se tornarem cidadãos críticos e conscientes, apesar de todos os desafios e dificuldades que a docência vem encontrando. Entende-se que esse pensamento exige outra conjuntura, na qual os professores sejam capazes de compreender e praticar o acolhimento à diversidade e estejam abertos a práticas inovadoras em sala de aula, incluindo a percepção das características individuais de cada educando, a fim de poder planejar as aulas e, assim, lhes possibilitar o desenvolvimento.

Para discutir a respeito da criança que não aprende na escola, percebemos a manifestação de uma série de problemas originários de nossa sociedade atual em diferentes contextos. No espaço escolar, o professor permanece como figura central na busca por desenvolver o conhecimento com os alunos, muitas vezes sobrecarregado com a prestação de orientações que extrapolam suas tarefas pedagógicas. Dessa forma, diante da observação da não aprendizagem de um aluno em sala de aula, mesmo depois de diversificada metodologia de ensino, os professores são orientados a encaminhar esse aluno para uma avaliação do contexto escolar, seguindo as normativas legais que regem esse processo. O processo se inicia com o preenchimento de fichas com diversas informações sobre o aluno, sendo elas tanto de origem educativa como biológica, obtidas por meio de uma anamnese. Segue-se, então, o encaminhamento aos demais profissionais da equipe interdisciplinar, os quais, cada um em sua área, aplicarão testes e/ou questionários para a elaboração de um laudo.

Nesse cenário, destacam-se profissionais que prestam serviços junto às unidades escolares, mas sem pertencer ao quadro fixo de funcionários da Secretaria Municipal de Educação de Porto Barreiro: profissionais da psicologia, fonoaudiologia e fisioterapia.

Para evidenciar o papel desses profissionais, quando no caso de encaminhamento das crianças para o processo de avaliação, os profissionais da área de assistência social e psico-

logia são cedidos para a Secretaria de Educação por oito horas semanais, procedendo à realização de atendimentos individuais. É importante esclarecer que a participação da equipe avaliadora na unidade escolar não se confunde com seus trabalhos na Secretaria Municipal de Saúde, onde há atendimento com foco clínico.

Após a avaliação e discussão realizada pela equipe interdisciplinar, em que se ponderaram os encaminhamentos necessários para o educando avaliado, há uma devolutiva, informando se ele deverá ir para a sala de recurso, para a classe especial, APAE, ou apenas passar por terapia para evolução cognitiva.

A CRIANÇA QUE NÃO APRENDE (?): O QUE ENXERGAMOS SOB DIFERENTES OLHARES PROFISSIONAIS X POSSIBILIDADES DE NOVOS HORIZONTES

Ao desenvolver a pesquisa para compreender a visão dos pais, professores e equipe de saúde sobre o processo de encaminhamento de crianças consideradas incapazes de aprender na escola, o contato com os pais no ambiente escolar revelou a necessidade de as famílias serem ouvidas. Algumas entrevistas estenderam-se por mais de um encontro, sendo preciso compreender o contexto, as entrelinhas, para responder aos objetivos da pesquisa.

A percepção que cada família tem acerca de seus filhos, o desejo de vê-los crescerem com independência e se tornarem pessoas de caráter na sociedade, o respeito que elas nutrem pela escola e pelos professores, cada pessoa com sua singularidade, mas com uma sabedoria de vida, fizeram-me refletir sobre a inexistência de espaços próprios e limites para aprender uns com os outros.

Para melhor compreensão dos resultados da pesquisa, faz-se necessário destacar alguns trechos das entrevistas.

As mães – sobre como enxergam seus filhos

“Ana é uma menina boazinha em casa, me respeita; na escola é traquina. Ela é saudável, uma vez que ficou doente da garganta...” (avó de Ana).

“Ângelo é inteligente, esperto, tinha que se dedicar mais ao estudo. Em casa é peralta, mas não é um piá ruim...” (Mãe de Ângelo).

“O Clecius é diferente da Geovana, ele é briguento, bagunceiro na escola. A Geovana é mais quieta, não é de andar falando muito; sempre me ajuda no serviço. Os dois são saudáveis, não me deram trabalho na criação...” (Mãe de Clecius e Geovana).

“Adriana, desde pequena, foi uma criança carinhosa com os amiguinhos e com as professoras; é dedicada na escola...” (Sandra).

Professores – sobre a participação dos pais na vida escolar dos filhos

“A participação dos pais muitas vezes é complicada pela questão do trabalho e pela falta de conhecimento; o analfabetismo de alguns pais os leva a não contribuir com a aprendizagem dos filhos” (Professora de Ana).

“Na maioria dos casos, a participação dos pais na escola é inexistente. E quando os pais vêm à escola, só sabem reclamar das mentiras que os filhos contam” (Professora de Ângelo).

“Os pais tomam conhecimento sobre os filhos apenas na entrega de boletim, quando solicitados a comparecerem na escola. Há pais que só vêm na escola no final do ano, para saber se o filho ficou retido ou passou...” (Professora de Clecius).

“Devido à organização das famílias no mercado de trabalho, há uma dificuldade em estabelecer contato com elas. Durante as reuniões de entrega de boletim não são todos os pais que comparecem. Quem realmente precisa vir à reunião não participa...” (Professora de Geovana).

“Uma minoria de pais comparece na escola. Outros demonstram pouco interesse e transferem toda a responsabilidade de ensinar para a escola. Houve pais que pediram para não mandar tarefa de casa...” (Professora de Adriana).

Equipe avaliadora – sobre a percepção acerca das crianças em processo de avaliação

“Percebo um educando rotulado, ou seja, já vem caracterizado que não consegue realizar as atividades propostas pela avaliadora” (Fonoaudióloga).

“A criança, em grande parte das situações, encontra-se perdida em meio ao turbilhão de investigações. Questiono se a criança compreende o que está fazendo ali” (Psicóloga).

“Percebo crianças que precisam de apoio e compreensão de seus limites, atenção especial em determinada área de deficiência” (Fisioterapeuta).

“Vejo estas crianças com suas histórias e marcas de uma sociedade com imensa dificuldade de pensar em políticas públicas” (Assistente social).

Os resultados deste estudo apontam para crianças que, no ambiente escolar, já possuem um diagnóstico ou mesmo um estigma de dificuldade de aprendizagem. Diante do ensino sistematizado, são crianças que diferem das demais e por isso necessitam de atendimento especializado. Na percepção de alguns professores, são alunos que encontrarão dificuldades durante toda a vida, mas que em suas casas, no entanto, sobem e descem das árvores com uma habilidade impressionante, constroem os seus próprios brinquedos, contam histórias e *causos* de assombração com detalhes enriquecedores, jogam bola no campinho perto de casa, participam das apresentações nas festas tradicionais da comunidade e conversam com os seus bichos de estimação como grandes amigos. Se aprofundarmos nossa análise, esse aluno, considerado com dificuldades de aprendizagem, construiu um objeto que envolveu habilidades e conhecimentos científicos; não intencionalmente, fez uso de organização espacial, unidades de medidas e de capacidade, raciocínio matemático, percepção visomotora, entre tantos outros que poderiam ser citados. Mas para essa criança, era apenas um instrumento para os afazeres domésticos e para a sua diversão.

Nesse direcionamento, também foi possível compreender a relação dos pais com o ambiente escolar. Estes consideram a escola importante para o desenvolvimento de seus filhos. Na simplicidade de cada discurso, percebeu-se que atribuem aos estudos a oportunidade de os filhos encontrarem um trabalho que os possa sustentar e trazer conforto financeiro quando adultos, “ser alguém na vida”. É isso que os pais esperam que os seus filhos alcancem com os estudos. Percebe-se que muitos pais passam para os filhos as expectativas

e objetivos que eles próprios não tiveram a oportunidade de conquistar e, por isso, dão grande valor à escolaridade. Em relação às tarefas de casa, os pais relataram não auxiliar os seus filhos, por não terem domínio sobre o conteúdo exigido em sua elaboração. Não deixam de auxiliá-los por descaso ou negligência, mas por ignorância a respeito dos conhecimentos sistematizados. São pais que nem mesmo concluíram o ensino fundamental. Deve ser enfatizado que todos os pais compareceram à escola quando solicitados; mostraram-se preocupados e cuidadosos no que se refere à aprendizagem de seus filhos.

Quando se analisam as concepções dos professores sobre a participação da família na escola, percebe-se que consideram que apenas uma minoria de pais comparece à escola quando solicitada. Os familiares envolvidos na pesquisa afirmam que comparecem sempre que solicitados, apesar de, como relata uma das mães, muitas vezes o diálogo da escola com a família restringir-se a reclamações acerca do comportamento dos filhos, e não propriamente a respeito de seu processo de aprendizagem. Outro ponto a ser destacado brevemente pelos professores é a falta de motivação dos alunos, sua falta de interesse em aprender e a indisciplina como fator de prejuízo no desempenho acadêmico. Contudo, não elencam os fatores que definem tal desinteresse ou desmotivação, nem mesmo a causa da indisciplina, o que também abriria um grande leque de discussão.

O trabalho da equipe interdisciplinar no processo de avaliação é de extrema importância para analisar o contexto vivido pela criança ao ser encaminhada. Os inúmeros relatórios que acompanham o encaminhamento avaliam o que ela “não” é capaz de realizar. Um dos discursos traz essa preocupação com o rótulo da criança que não aprende antes mesmo de ser avaliada e também com o fato de a avaliação significar um alívio para alguns professores, como se um diagnóstico de não aprendizagem os isentasse de suas responsabilidades docentes. Ressalta-se, ainda, a dificuldade da efetivação do diálogo entre os profissionais e suas áreas de conhecimento, demonstrando que a interdisciplinaridade ocorre de forma tímida no processo de avaliação das crianças e é um desafio a ser percorrido. Cada profissional preocupou-se em enfatizar sua área nas questões abordadas e dificilmente fez-se um *link* com outro profissional ou mesmo outra área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto dos dados permitiu compreender que não há respostas prontas e acabadas para um processo tão abstruso que envolve o processo de aprendizagem na escola. O que se propõe é que essas crianças sejam concebidas como pessoas únicas pela família, pela escola e pela equipe interdisciplinar, mas também como seres que se constroem no coletivo. Importa procurar outras formas de mediar o conhecimento e se indignar com diagnósticos que transformam vidas em um relatório em pastas escolares com uma sentença de incapacidade de aprendizagem, desconsiderando as suas especificidades, os seus ritmos e as suas habilidades cognitivas individuais.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, C. **Vygotsky, quem diria?! em minha sala de aula**, 9. ed., Petrópolis: Vozes, 2013.
- BAQUERO, R. **Vygotsky e a aprendizagem escolar**, Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- COELHO, L.; PISONI, S. Vygotsky: sua teoria e a influência na educação. **Revista e-Ped – Facos/CNEC Osório**, v. 2, n. 1, ago., 2012.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/portobarreiro.pdf>. Acesso em: 10 fev., 2016.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2016**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 10 fev., 2016.
- MINAYO, C. M. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde, 9. ed. rev. aprim., São Paulo: Hucitec, 2006.
- PADILHA, A. M. L. **Possibilidades de histórias ao contrário: ou como desencaminhar o aluno da classe especial**, 2 ed., São Paulo: Plexus, 2001.
- PARANÁ. Lei Estadual nº. 11.248, de 13 de dezembro de 1995. Cria o município de Porto Barreiro, desmembrado de Laranjeiras do Sul. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 4.654, 13 dez., 1995.
- PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**, São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**, Porto Alegre: Artmed, 2000.
- TUNES, E.; TACCA, M. C. V. R.; BARTHOLO JÚNIOR, R. dos S. O professor e o ato de ensinar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 689-698, set./dez., 2005.
- VIGOTSKI, L. S. **O desenvolvimento psicológico na infância**, São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente**, São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- WERNER, J. **Saúde e educação: desenvolvimento e aprendizagem do aluno**, Rio de Janeiro: Gryphus, 2001 (Educação em diálogo).

Submetido em: 5 de maio de 2016

Aceito em: 5 de junho de 2016